



EDITORIAL

Recebemos, com muito prazer, a proposta do Observatório Caleidoscópio para publicar artigos resultantes de investigações de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições do país, apresentadas no Seminário de Pesquisa¹ que transcorreu desde 2024.

Em consonância com os objetivos do projeto, nas pesquisas desenvolvidas e apresentadas no Seminário, buscou-se proceder à análise de indicadores e trajetórias de mulheres em diferentes áreas científicas, sua inserção e desenvolvimento profissional e, além disso, traçar o diagnóstico e possibilidades de enfrentamento às diferentes violências de gênero vivenciadas no ambiente acadêmico, considerando perspectivas interseccionais e interdisciplinares.

O dossiê *Caleidoscópio de olhares: mulheres nas ciências e enfrentamentos às violências de gênero*, apresentado na primeira parte desta edição, portanto, traz uma amostra significativa desse esforço de articulação interinstitucional cujos resultados podem ser melhor conhecidos na apresentação do dossiê e nos cinco artigos aqui publicados. Para nós, editoras do Caderno Espaço Feminino, abre-se um especial espaço de publicação que se insere na perspectiva de ampliar a divulgação dessa relevante iniciativa, particularmente no que tange à sua finalidade precípua, que também é de todas nós, no sentido de fortalecer as redes de pesquisa e ação feminista não

¹ 2ª edição do Seminário de Pesquisas do Observatório Caleidoscópio, organizado pela nucleação Sul-Sudeste do *INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências* (projeto nº 406771/2022-7). Criado em 2022, com sede na Universidade de Brasília, o instituto configura-se como o primeiro Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT-CNPq/MCTI)

apenas no nosso país. Reconhecendo a importância de todo o projeto, seus frutos, que certamente vem “contribuindo com o debate acerca das potencialidades e desafios da participação de mulheres na ciência no Brasil, em suas diferentes expressões e áreas de atuação”, agradecemos às autoras e às colegas que participaram, especialmente, desta seleção.

A sessão de artigos livres é composta, geralmente, de submissões em fluxo contínuo, após avaliação de pares. Abre a sessão, com um total de onze artigos, entretanto, a partir de nosso convite, apresentamos o artigo da companheira, amiga, parceira de muitas lutas, Diva do Couto Gontijo Muniz. Professora Emérita do Departamento de História da Universidade de Brasília, onde construiu uma significativa trajetória acadêmica voltada para a pesquisa e o ensino de História, em **A pesquisa histórica: o tornar-se historiadora e historiador**, ela faz uma reflexão acurada sobre a pesquisa histórica e sua importância como um dos eixos estruturantes na formação do profissional da História e construção de historiadoras/es. Elaborado em dois movimentos, no primeiro, ela procura mostrar os nexos e as relações entre a pesquisa, a escrita e o ensino de História. No segundo, prioriza os percursos educacionais e acadêmicos em meio aos quais tornou-se uma historiadora feminista. Trata-se de leitura especial (e obrigatória) para apreciadoras/es das melhores reflexões no nosso campo de estudos.

Após essa contribuição singular, teórica, analítica e auto-reflexiva, reunimos artigos em que predomina o eixo temático mulheres negras, raça, gênero, classe, interseccionalidade. O segundo artigo da sessão, portanto, é **A colonialidade do gênero e o capitalismo no Sul Global: feminismo decolonial como resistência epistêmica e política**, de autoria de Amélia do Carmo Sampaio Rossi (PUCPR), Valquíria Elita Renk (PUCPR) e Ana Beatriz da Costa Starowsta (PUCPR). A partir de um ensaio teórico-crítico, as autoras articulam economia política crítica e feminismo decolonial para evidenciar os mecanismos históricos de produção das hierarquias de gênero, raça e classe e examinar como o feminismo decolonial constitui uma chave

interpretativa e política fundamental para a compreensão das desigualdades estruturais contemporâneas no Sul Global.

Suelen Girotte do Prado (PUCSP) assina o terceiro artigo, **Contribuições de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro para os estudos interseccionais no Brasil**, e nele analisa as contribuições de três autoras referenciais para a compreensão das relações entre raça, gênero e classe no Brasil. A abordagem salienta que classe social não pode ser compreendida de forma dissociada das relações raciais e de gênero, estas que, articuladas, incidem sobre o racismo e o sexismo que se exprimem estruturalmente em uma história marcada pela escravização, exclusão e discriminação da população negra, e no mecanismo de reprodução dessas desigualdades, particularmente na experiência de mulheres negras no Brasil.

Memórias de uma certa mulher negra, especialmente, configuram o objeto do texto **O dia que eu disser não quero mais: trajetória de uma mulher negra na região Centro-Oeste**. Rogério da Palma (UEMS) e Maisa Batista de P. Silva (UEMS), nele, recolhem memórias de Dona Natalícia e desvelam experiências, relações, acontecimentos, em suma, uma trajetória de quem viveu entre Goiás e Mato Grosso do Sul entre meados do século XX e o início do século XXI. Ao reunir tais rememorações, partir de uma perspectiva interseccional, procuram captar como o racismo atuava a no auge do período desenvolvimentista até os dias atuais.

A seguir, apresentamos artigos que, em sua maioria desenvolvem como metodologia de análise o espectro das revisões de literatura e, além disso, priorizam, como temática, a dimensão da saúde, da reprodução e da maternidade. Funcionando, também, como *intermezzo*, as desigualdades históricas, o sexismo e o racismo estrutural reaparecem no texto seguinte, **Entre o cuidar e a resistência: as marcas do racismo na vivência das mulheres negras na enfermagem brasileira**. Nele, as autoras Taynah Nunes de Oliveira (USP) e Marcelle Aparecida Barros Junqueira (USP) elaboram uma revisão da literatura, com base em bibliografia de 2007 a 2025,

e observam que a enfermagem brasileira é composta majoritariamente por mulheres negras e pardas. A violência institucional torna-se evidente tanto em casos de injúria racial, discriminação, quanto na invisibilidade histórica da contribuição dessas mulheres negras que atuam na enfermagem e em cargos técnicos, entre outros espaços considerados de desvalorização profissional.

Outra revisão de literatura se pode acompanhar no artigo de Tamires Araújo Lima (IFG), Sangelita Miranda Franco Mariano (UFU) e Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso (UnB), **Quebrar barreiras e construir pontes (ou elos): A importância da participação e permanência feminina em cargos de gestão**. Ao identificar abordagens predominantes e lacunas, a análise revelou a presença de conceitos como gênero, feminismo e interseccionalidade, sugerindo fragilidades e indicando direções para pesquisas futuras sobre a participação e a permanência de mulheres em cargos de gestão.

Violência obstétrica, parto, maternidade e aborto constituem os temas dos três artigos finais. **A importância do plano de parto como documento jurídico de autodeterminação da gestante na prevenção da violência obstétrica: uma pesquisa jurisprudencial** é resultado da pesquisa de Maria Gabrielle Sousa, Emily Brandão Schuck, Flávia Rosana Rodrigues Siqueira, Jéssica Luciana Dos Santos Pereira e Raquel Martins Ferraz que aborda o parto como evento fisiológico e social. As autoras observam que, com a institucionalização da assistência obstétrica, o evento passou a ser reorganizado pela lógica técnico-hospitalar, redefinindo as relações entre profissionais de saúde e mulheres no ciclo gravídico-puerperal. E sublinham a eficácia do plano de parto como ferramenta de garantia dos direitos da parturiente e de prevenção de práticas que configuram violência obstétrica.

Maternidade de Mulheres Policiais: uma análise à luz da psicologia cultural semiótica é o texto de Rebeca Lopes da Silva Brito (UnB), Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira (UnB). Ancorado na

Psicologia Cultural Semiótica, o artigo apresenta uma análise teórico-interpretativa da literatura sobre maternidade e trabalho policial, com base em 18 estudos empíricos publicados entre 2010 e 2025. A maternidade, significada em contextos policiais marcados por risco e forte normatividade institucional, revela resultados que indicam uma transição desenvolvimental mediada por signos de gênero e pelo modelo institucional de trabalhador ideal, associado à masculinidade e à disponibilidade irrestrita, produzindo tensões profissionais, impactos à saúde e reorganizações parentais.

O aborto provocado e os impactos psicossociais: uma revisão de escopo é o artigo de autoria de Maiara Alberton (UFSC), Ketlin Tuani da Luz Kuhnen (UNIDAVI), Mônica Machado Cunha e Mello (UFSC/UNIDAVI), em que analisam os impactos psicossociais do aborto provocado em países com legislação restritiva. Os resultados, para elas, indicam que políticas restritivas não reduzem a mortalidade materna, ao contrário, ampliam o estigma, a criminalização e as consequências físicas e emocionais.

Por fim, fechando a publicação, dois artigos se destacam por tratarem de temáticas isoladas que podem ser pensadas no campo da in-justiça e da arte. O primeiro tem como título **Injustiça testemunhal: ação revitimizante? A percepção de profissionais da segurança pública no acolhimento de mulheres vitimadas**. No artigo, Eric Gomes Silva (Unimontes) e Sheyla Borges Martins (Unimontes) examinam as observações de duas profissionais da segurança pública que atuam na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Montes Claros/MG, percebidas como ações revitimizantes no acolhimento institucional. Assim, constata-se que, além da violência doméstica e familiar sofrida nos eventos que levam as mulheres às instituições de segurança, fica explícita outra dimensão do sofrimento perpetrado pela revitimização institucional.

Como perspectiva de saída ou enfrentamento da pauta da violência, o último artigo aqui reunido, escrito por Elizabeth Pérez, pesquisadora das formações religiosas afro-atlânticas, propõe pensar **A ontologia do *twerk*: do passinho negro “sexy” à dança sagrada afro-diaspórica**. Segundo a

autora, o *Twerk* tem similaridades morfológicas e temáticas com movimentos tradicionais caribenhos e latino-americanos que têm promovido a liberdade sexual, econômica e política feminina. Aos olhos da pesquisadora sobre danças religiosas brasileiras, cubanas e haitianas e cultuando divindades afro-diaspóricas para dar vida e testemunho à morte, para ela, o *twerk* deveria ser entendido como parte da família de danças do Atlântico Negro que emergiram de histórias compartilhadas na dominação e na resistência.

Agradecemos às colegas que organizaram o dossiê, Lia Sousa (Pagu/Unicamp), Mirlene Simões (Pagu/Unicamp), Maria Cristina Cavaleiro (UENP) e, também à companheira, pesquisadora e amiga Joana Maria Pedro (Legh/UFSC), uma das coordenadoras da nucleação Sul-Sudeste do *INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências*, que atenciosamente atuou como mediadora da publicação do dossiê. Agradecemos, igualmente, à pesquisadora e amiga Diva do Couto Gontijo Muniz por aceitar nosso convite em caráter especial (e em tempo exíguo).

Reconhecendo o empenho de todas as colaboradoras e colaboradores desta edição – autoras/es, tradutora, revisoras/es, pareceristas - além de tantas/os companheiras/os que atuam como técnicos/as, estagiárias/os, parceiras e parceiros do trabalho permanente, fechamos esta edição manifestando também nosso especial agradecimento à amiga, fotógrafa e artista plástica Robin Lynne Gibson, que gentilmente cedeu mais uma imagem de seu jardim iconográfico para a capa.

As editoras